

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei Orgânica n.º 1/2002

de 29 de Junho

Primeira alteração à Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro
(Lei de Finanças das Regiões Autónomas)

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, a lei orgânica seguinte:

Artigo único

O artigo 47.º da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 47.º

[...]

O Governo da República, directamente ou através dos seus serviços ou empresas de que seja accionista, participará, em 2002, num programa especial de redução das dívidas públicas regionais, assegurando, de acordo com programação a acordar com cada Região, a amortização ou assunção de dívida pública garantida, ou, na sua falta, de dívida não garantida das duas Regiões Autónomas, nos montantes máximos de € 32 421 863 para a Região Autónoma dos Açores e de € 32 421 863 para a Região Autónoma da Madeira.»

Aprovada em 29 de Maio de 2002.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Promulgada em 18 de Junho de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Junho de 2002.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

Resolução da Assembleia da República n.º 36/2002

Viagem do Presidente da República a Copenhaga

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 163.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, dar assentimento à viagem de carácter oficial de S. Ex.ª o Presidente da República a Copenhaga, nos dias 27 e 28 do corrente.

Aprovada em 20 de Junho de 2002.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Declaração de Rectificação n.º 23/2002

Para os devidos efeitos se declara que a Lei n.º 16-A/2002 — Primeira alteração à Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro (aprova o Orçamento do Estado para 2002), publicada no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 125, de 31 de

Maio de 2002, saiu com as seguintes incorrecções, que assim se rectificam:

No artigo 23.º, onde se lê:

«1 —
2 —»

deve ler-se:

«1 —
2 —
3 — As normas constantes dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo têm carácter interpretativo.»

No artigo 24.º, onde se lê:

«1 —
2 —
3 —
4 — As normas constantes dos n.ºs 1 a 5 do presente artigo têm carácter interpretativo.»

deve ler-se:

«1 —
2 —
3 —
4 — As normas constantes dos n.ºs 1 a 3 do presente artigo têm carácter interpretativo.»

21 de Junho de 2002. — Pela Secretária-Geral, *Teresa Fernandes*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 56/2002

Por ordem superior se torna público que, em 10 de Setembro de 2001 e em 9 de Maio de 2002, foram emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português e pela Embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa em 30 de Maio de 2000.

Por parte de Portugal o Acordo foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 52/2001, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 161, de 13 de Julho de 2001.

Nos termos do artigo 19.º do Acordo, este entrou em vigor em 9 de Maio de 2002.

Direcção-Geral das Relações Bilaterais, 22 de Maio de 2002. — O Director-Geral, *José Caetano de Campos Andrada da Costa Pereira*.

Aviso n.º 57/2002

Por ordem superior se torna pública a Decisão n.º 2002/334/CE, do Conselho Europeu, de 2 de Maio, que dá execução ao disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades e que revoga a Decisão n.º 2001/927/CE, publicada no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, n.º L 116/33, de 3 de Maio de 2002.

Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, 31 de Maio de 2002. — O Director de Serviços, *Rui Filipe Monteiro Belo Macieira*.